15:13 53%

SEG _ Rachel Maia (quinzenal) _Ricardo Henriques (quinzenal)_ TER _ Míriam Leitão _ QUA _ Zeina Latif _ QUI _ Míriam Leitão _ SEX _ Fabio Giambiagi (quinzenal)_Rogério Furquim Werneck (quinzenal) _ SÁB _ Carlos Góes (mensal) _ Álvaro Gribel (quinzenal) _ DOM _ Míriam Leitão

ZEINA LATIF

oglobo.com.br/economia
economia@oglobo.com.br

A necessária renovação política, nos EUA e no Brasil

Os EUA terão eleição este ano num clima de desânimo. De um lado, uma sociedade insatisfeita e, de outro, a incapacidade de renovação da política. Os partidos rivais não conseguiram construir candidaturas competitivas alternativas a Donald Trump e Joe Biden. Nutre-se, assim, a polarização, que por sua vez, dificulta a construção de consensos necessários para atender aos anseios da sociedade, hoje mais complexa. Que o Brasil não siga o mesmo caminho.

O desconforto da sociedade é revelado em pesquisas de opinião e nos indicadores de confiança. O baixo desemprego (3,7% em dezembro ante 14,9% no auge da pandemia e média histórica de 5,7%) e o recuo da inflação (3,3% ao ano em 2023 ante 8,9% em meados de 2022) não têm trazido maior satisfação aos indivíduos. Afinal, não basta ter trabalho; as pessoas anseiam também por melhor qualidade de vida, igualdade de oportunidades e justiça.

O indicador de confiança do consumidor até aponta algum otimismo no curto prazo (o subíndice "situação presente" está em 148 pontos, ante média histórica de 100 pontos e pico de 187 pontos em julho de 2000, na gestão Bill Clinton), mas isso não se traduz em melhores perspectivas para os próximos meses (o subíndice "expectativas" tem oscilado em torno de 77 pontos, ante média histórica de 91,5 pontos). O descasamento está em níveis recordes.

A pesquisa Gallup traz outro ângulo do descontentamento: a desconfiança nas instituições. Apenas 27% das pessoas confiam na Suprema Corte (o pico foi 56% em 1988); 8% confiam no Congresso (42% em 1973); 26% confiam na Presidência (72% no início de 1991). O sentimento atinge ainda jornais (18%), grandes negócios (14%) e escolas públicas (26%), que também exibem aprovação em queda nas últimas décadas.

O mal-estar social não é de hoje e não parece descolado da economia. Alguns indicadores econômicos dão pistas da insatisfação. A remuneração dos trabalhadores (corrigida pela inflação) tem aumentado menos do que os ganhos de produtividade do trabalho (produção por hora trabalhada). Entre 1985-2022, o rendimento real aumentou em média 0,4% ao ano, enquanto a produtividade cresceu em média 1,9% ao ano. Como resultado, a participação dos salários no PIB teve um recuo relevante entre 1970 (51,6%) e 2013 (42%), com recuperação muito modesta nos últimos anos (43,1% em 2022). Enquanto isso, a distribuição de renda piorou desde os anos 1980, com pequena melhora em 2022, mas decorrente do achatamento da renda dos grupos do meio e do topo, e não do aumento da renda dos mais pobres.

A falta de novas candidaturas, mais conectadas aos anseios da sociedade, poderá trazer desânimo aos mercados e à sociedade

Não se trata, portanto, de algo novo, ainda que a crise financeira (do subprime) de 2008 tenha piorado bastante os indicadores econômicos citados e recrudescido a insatisfação social, como aponta Luigi Zingales.

Parece justo, pois, afirmar que os EUA necessitam de renovação na política. Em que pese a solidez democrática daquele país, chama a atenção a incapacidade dos partidos de promoverem uma renovação nos seus quadros, de forma a permitir uma corrida presidencial arejada este ano. Falta, de lado a lado, um olhar para a insatisfação da sociedade. E aqui não há grandes diferenças entre eleitores dos partidos Democrata e Republicano.

Apesar da maior blindagem da economia americana ao ciclo político, o quadro atual de polarização dificulta o enfrentamento de problemas que afetam a sociedade. No ano passado, a agência de classificação de risco Fitch reduziu a nota de crédito de longo prazo dos EUA, por conta da deterioração fiscal, citando os repetidos impasses no Congresso para a elevação dos limites de dívida. Apontou ainda o enfrentamento insatisfatório de questões como saúde pública e seguridade social diante do envelhecimento da população.

O quadro no Brasil guarda algumas semelhanças, certamente agravado pela renda per capita muito menor e a pior distribuição de renda. A necessidade de reformas estruturais é muito maior aqui, e o ciclo político tem maior efeito na economia. Por esse aspecto, a renovação da política ganha importância ainda maior.

Está cedo para discutir os nomes de candidatos para 2026. Ainda assim, um quadro em que não se vislumbre a construção de novas candidaturas, mais conectadas aos novos anseios da sociedade e de modo a reduzir a polarização extrema, poderá trazer desânimo, aos mercados e à sociedade.

Dívida pública federal cresce 9,6% em 2023

Montante chegou a R$ 6,5 trilhões, mas ficou dentro do intervalo previsto pelo governo.
Em 2022, valor estava em R$ 5,9 trilhões. Tesouro anuncia teto de até R$ 7,4 trilhões para este ano

RENAN MONTEIRO E VICTORIA ABEL
economia@oglobo.com.br
@oslikas

A dívida pública federal cresceu 9,56% em 2023 e fechou o ano somando R$ 6,52 trilhões. Os dados foram divulgados ontem pela Secretaria do Tesouro Nacional. Em 2022, o valor estava em R$ 5,9 trilhões.

A dívida não considera indicadores de estados, municípios e estatais, além de títulos do Banco Central.

O total ficou dentro do intervalo de R$ 6,4 trilhões a R$ 6,8 trilhões estabelecido como meta no Plano Anual de Financiamento (PAF) do Tesouro para 2023.

O endividamento do governo sobe para cobrir o déficit público — quando as receitas ficam abaixo das despesas, o que ocorreu em 2023, quando o rombo chegou a R$ 230 bilhões. O estoque também aumenta para rolar seus próprios títulos e pagar os juros dessa dívida.

O déficit do ano passado reflete, em parte, despesas contratadas na gestão Bolsonaro. Foram R$ 92,4 bilhões para o pagamento de precatórios atrasados, que são as dívidas em que a União não pode mais recorrer. Também houve impacto de indenizações pagas a estados e municípios pela redução do ICMS em 2022.

— A dívida é uma consequência do déficit primário e da taxa de juros sobre a dívida. O precatório que foi pago já existia, mas não tinha sido contabilizado como dívida. Um governo que paga um calote não pode ser responsabilizado pelo calote nem pela consequência do calote. A verdade é que estamos colocando ordem — disse ontem o ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

Também ontem, o Tesouro anunciou o intervalo de R$ 7 trilhões a R$ 7,4 trilhões como piso e teto para a dívida pública neste ano. A dívida federal é detida por instituições financeiras, fundos, contas de Previdência, governos, seguradoras e pessoas físicas.

Já a dívida bruta da União — reunindo todos os entes — estava em 73,8% do PIB ou R$ 8 trilhões em novembro de 2023, último dado divulgado pelo Banco Central.

— É improvável que os resultados negativos sejam revertidos sem uma política de controle dos gastos. Apenas a elevação das receitas não será suficiente para o governo voltar a registrar resultados primários positivos e, assim, colocar um freio na elevação do endividamento — avalia Marcelo Fonseca, economista-chefe da Reag Investimentos.

ENTREVISTA

Sergio Díaz-Granados

PRESIDENTE EXECUTIVO DO BANCO DE DESENVOLVIMENTO DE AMÉRICA LATINA E CARIBE (CAF)

CAF pretende se tornar o banco verde da região, com US$ 25 bi em financiamentos até 2026

GRUPO DE DIÁRIOS AMÉRICA (GDA)

'REDUÇÃO DA POBREZA E MUDANÇAS CLIMÁTICAS SÃO PRIORIDADES'

DIVULGAÇÃO

Presidente executivo do Banco de Desenvolvimento de América Latina e Caribe (CAF), Sergio Díaz-Granados, concedeu uma entrevista por e-mail aos veículos do Grupo de Diários América (GDA). Falou sobre a situação da região, da realidade de alguns países, das primeiras medidas do governo de Javier Milei na Argentina e dos planos do CAF. Díaz-Granados participará hoje da Conferência CAF América Latina e Caribe: uma região de soluções globais. O encontro, promovido pelo banco de desenvolvimento, busca funcionar como espaço de diálogo e troca de ideias para moldar o futuro regional. Confira trechos da entrevista:

Qual será o papel do CAF na região neste ano?

Em relação aos desafios que temos adiante, não é segredo que os países de América Latina e Caribe enfrentam grande desafio de impulsionar um crescimento potencial nos próximos anos, para reverter perdas acumuladas, preservando a rica biodiversidade da região. Tudo isso diante de limitações, crescentes pressões sociais e contexto global cada vez mais adverso.

Como está a carteira de projetos do banco no Brasil?

O ano de 2023 foi o mais importante para o nosso trabalho com o Brasil. Aprovamos 19 operações por quase US$ 2,9 bilhões para municípios e estados, assim como para o banco de desenvolvimento regional, o BNDES, e bancos privados, focados em financiar o empreendedorismo feminino, ações climáticas, energia limpa, entre muitos outros setores. O Brasil é um dos países da região onde temos uma ação mais ampla com uma carteira de mais de US$ 3 bilhões e 48 operações em curso em diferentes regiões. No país funcionam também, além de nosso escritório de representação em Brasília, nosso *hub* do setor privado em São Paulo, de onde coordenamos a estratégia desse tipo de projeto para toda a região.

Recentemente, o Brasil anunciou um conjunto de obras para a integração da América do Sul com um pacote de financiamento de BNDES, BID, CAF e Fonplata. Isso é mais que uma carta de boas intenções?

Em respeito às Rotas para a Integração, é importante destacar que não é uma carta de boas intenções. É a primeira vez que se leva adiante uma iniciativa com o respaldo e o compromisso de US$ 10 bilhões em prol da integração da América do Sul. Este projeto vem sendo gestado desde maio do ano passado, quando nos reunimos no CAF com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e começamos a avançar com o BNDES. O BID e o Fonplata aderiram ao projeto. Podemos adiantar que de início haverá um foco especial para o Eixo de Capricórnio (que se desenvolve em torno do trópico de mesmo nome), que possui um perfil de projetos mais desenvolvidos e oportunidades para conexões bio-oceânicas.

Como avalia as medidas anunciadas pelo governo de Javier Milei na Argentina?

Destacamos o avanço obtido pela Argentina na negociação com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e estamos otimistas de que esse acordo possa ajudar na estabilização econômica do país. Aqui, foi fundamental o apoio do CAF e de toda a região, por meio de nossa diretório, com a aprovação de empréstimo de US$ 960 milhões para que o país possa seguir cumprindo seus compromissos com o FMI. Isso mostra nosso compromisso com a Argentina. Nosso papel como banco de desenvolvimento é acompanhar necessidades e demandas dos países membros, contribuindo com apoio financeiro e assessoria técnica que promovam o desenvolvimento econômico e inclusivo.

Como o CAF atacará o problema da desigualdade social e mudanças climáticas, em particular no Caribe?

As previsões climáticas para América Latina e Caribe em nosso relatório indicam que a temperatura média no período de 2021-2040 ficará em torno de 1ºC mais alta que entre 1985-2014. Essa realidade implica sérias alterações no clima que afetarão a todos os países da região, sendo o Caribe uma das regiões mais vulneráveis. Não pode haver ação climática sem colocar o Caribe no centro, por isso, em 2022, criamos a Gerência Regional para o Caribe e esperamos continuar incluindo países acionistas. Devemos abrir uma rota de transformação produtiva com mais oportunidades aos mais vulneráveis. Nesse sentido, a redução da pobreza e a adaptação a mudanças climáticas devem ser uma prioridade. Estamos comprometidos em sermos o banco verde da região, com a meta de destinar US$ 25 bilhões em financiamento verde até 2026, o que representa um aumento de 24% a 40% do total de aprovações.

Há outras ações?

Além disso, como anunciamos na COP28, em Dubai, investiremos US$ 15 bilhões até 2030 para melhorar a gestão de riscos ligados a desastres naturais. Também vamos destinar US$ 1,25 bilhão nos próximos cinco anos para financiar projetos que contribuam para preservar, dinamizar e ampliar ecossistemas marinhos e costeiros de América Latina e Caribe.

**Participaram da entrevista os jornais O GLOBO, Listín Diario (República Dominicana), El Tiempo (Colômbia), El País (Uruguai), La Nación (Argentina), El Universal (México), El Mercurio (Chile), El Comercio (Peru), El Nuevo Día (Porto Rico), La Nación (Costa Rica), La Prensa Gráfica (El Salvador).*

O Grupo de Diários América (GDA), do qual O GLOBO faz parte, reúne 11 dos principais jornais da América Latina.